

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

*Reunião da Assembleia Intermunicipal
11 de Maio de 2009
Acta nº3*

Na sede da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal, Rogério de São Bento Camões, ladeado pelo Vice-Presidente Álvaro Oliveira Gomes e pelo Secretário José António Nogueira Souto Amaro Pereira, e com a presença dos seguintes membros: -----

Paulo Manuel Matos Soares, José Carlos Raposo Marques Vidal, António Manuel Fernandes Martins, Carlos Alberto Baptista Guerra, Manuel Antunes de Almeida, Carlos Manuel de Melo Mortágua, Fausto Miguel Vidal Meireles de Azevedo, António Manuel Gomes Rosmaninho da Fonseca, José Carlos Ventura de Almeida Coelho, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel José Prior Pedreira Neves, Paulo Jorge Lopes Anes, Carlos Manuel Natavidade Costa Candal, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Duarte Drummond Esmeraldo, Vítor Joaquim Pinto da Fonseca Ramos, José Augusto da Luz Matos, José Alberto Ramos Loureiro, Mário Júlio Carlos Ramos, Jorge Tadeu Correia Franco Morgado, Humberto Rocha, António José Flor Agostinho, José Manuel Andrade Simões, José Alcides Ramos Pereira, Henrique Santiago Tomás, Vítor Manuel Bastos de Oliveira, Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata, Gilberto Martins da Rosa, José de Figueiredo Lino, Maria Cecília Reis Almeida Oliveira, António Manuel Silva Costa, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, José Luís da Silva e Almeida, Joaquim Zacarias Paulino Gabriel, Severo Mendes Pereira, Luísa Maria Ribeiro Costa, Manuel Marcelino Santos Manangão e Jorge Domingues Carmarreiro. -----

Verificou-se a ausência dos seguintes membros: Fernando Alberto Esteves Nogueira da Silva, Acácio da Conceição Maças, José Veloso Bernardino Gonçalves, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, José da Cruz Costa, Raul Ventura Martins, Arlindo José Silva Cunha, Pedro Rodrigues de Almeida Matos, Augusto Carlos dos Santos Leite, Jorge Diogo Cardoso Mendonça, Domingos Manuel Marques Silva, Maria Elisabete Martins Henriques, Mário Batista Tarenta e Silvério Rodrigues Regalado. -----

O Presidente da Assembleia: -----

Agradeceu a presença de todos e uma vez que já existe quórum, deu início aos trabalhos, dando a palavra ao Presidente do Conselho Executivo. -----

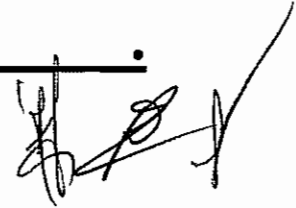
3. Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global: -----

Presidente do Conselho Executivo: -----

“Objectivo e sumariamente, este é um contrato importante que já está a ser gerido pela Comunidade Intermunicipal e obviamente pelos seu onze municípios associados, também pelo nosso parceiro fundamental de gestão deste instrumento que integra o Plano Territorial de Desenvolvimento, que é aqui uma peça absolutamente estratégica, parceiro esse que é a Universidade de Aveiro, nomeadamente para o

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga



desenvolvimento dos projectos que lhes chamamos projectos comuns, que cativam 15% dos tais sessenta vírgula zero seis milhões de euros do FEDER que é o montante que está dentro deste contrato. Enfim das muitas questões que se colocaram neste processo, a questão é em relação à tramitação formal e nestas coisas entendemos que é sempre melhor, mais de que de menos, e além de dar conhecimento formal à Assembleia deste documento na sua plenitude, entendemos que deve haver um acto de ratificação deste contrato por parte da nossa Assembleia Intermunicipal da Região de Aveiro. -----

A lógica é termos um documento que nos levou dois anos a construir, naquilo que respeita ao Plano Territorial Desenvolvimento e que teve sempre as lógicas difíceis de concertar interesses de onze partes embora temos como notas de mérito, o facto do nosso plano ter sido considerado um dos dois melhores planos dos dez da região centro e são dez e não doze, porque quatro das NUTS III decidiram participar neste processo em grupo, existem dois grupos de NUTS III e daí termos dez contratos e não doze como seria o procedimento normal. Por outro lado, além dessa nota de mérito somos a única Comunidade Intermunicipal que tem projectos comuns. Isso diz bem da maturidade do processo intermunicipal na nossa região, porque de facto é preciso ter escala construída a esse nível, para poder desenvolver projectos comuns. -

Todos os outros contratos têm projectos de incidência municipal, não têm projectos de dimensão comum que integram todos os municípios em exercícios comuns, como aquilo que nós fizemos. Portanto 15% da verba foi cativa para esses objectivos, os outros 85% foram distribuídos em proporcionalidade directa ao FEF, portanto tínhamos obviamente muitas possibilidades teóricas de critério, para distribuir pelos municípios este valor. Entendemos que era um exercício correcto, por muito que discordemos do FEF, é o FEF que temos, a Lei define-o como o define e daí a distribuição que o contrato tem implícita, embora como sabem, deixava esta nota, o contrato distribui a verba por tipologias de projectos embora por trás dele ou dentro dele, embora não sendo uma peça formal, mas é objectiva e muito importante, que é aquilo que chamamos a lista de projectos que está na base da tal distribuição de tipologias, que essa sim é peça formal do nosso contrato. Isto privilegia os municípios que beneficiam do exercício de distribuição do actual FEF, que como sabem pondera de uma forma importante a área e a população, mas enfim entendemos das várias hipóteses que estudamos, esta era a hipótese mais sensata e foi aquela que no processo de consensualização que é sempre o processo que se utiliza para construir estas decisões, era o processo sensato. Portanto, eram estas notas de referência deste ponto, estando obviamente disponível para qualquer questão que entendam por bem colocar”. -----

Presidente da Assembleia: -----

Colocou à discussão da Assembleia, havendo uma inscrição. -----

José Matos: -----

“Gostaria apenas de colocar uma dúvida. Aqui na parte final do documento, existem uma série de quadros com indicadores de realização e resultado para os

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

diversos componentes. Estas metas que estão aqui referentes a 2010 e 2015, pelo que eu enfim entendi destes quadros, são metas que se pretendem atingir, mas esses projectos, por exemplo quando aparecem quatro ou cinco ou sete, são projectos que já estão definidos à partida ou são apenas metas ainda abstractas que se pretende atingir desse ponto de vista?” -----

Presidente do Conselho Executivo: -----

“Se houve peça difícil de construir nesse processo foi essa. Quer para nós quer para a CCDRC, embora o exercício vise a definição dos objectivos/metast a atingir por concretização do contrato. A lógica é a fixação do ponto de partida e que resultado é que vamos atingir no âmbito da concretização do contrato. O exercício é este embora objectivamente com toda a clareza, devo dizer que foi uma peça difícil, já nos trabalhos que estamos a fazer de reprogramação, já se detectaram alguns erros, algumas disfunções, porque não havia referência anterior. Este trabalho é um trabalho absolutamente inédito, o QCA III não era gerido desta forma, enfim toda a gente acha que é muito interessante, mas depois o exercício não é exactamente fácil de fazer, mas objectivamente por mais erros que ele tenha e no nosso tem alguns, não são muitos, a lógica é verificar metas a atingir no âmbito como consequência da concretização da execução deste contrato, dos tais sessenta virgula zero seis milhões de euros”. -----

Presidente da Assembleia: -----

Não havendo mais inscrições, colocou à votação o documento, tendo sido ratificado por unanimidade e em minuta. -----

4. Apreciação e Votação da 1ª Revisão do PPI e do Orçamento/2009: -----

Presidente do Conselho Executivo: -----

“Peço desculpa à Assembleia, face ao problema de organização que nos levou a não ter facultado em devido tempo os documentos completos deste ponto da ordem de trabalhos. -----

Enfim, simplificar aquilo que é simples e esta revisão sendo muito importante é um exercício objectivamente simples. Ela serve basicamente para quê? Ela serve para pegar nos saldos transitados no final do ano nas nossas duas associações antecessoras, AMRia e GAMA, e introduzi-los no nosso orçamento e obviamente por inerência de condição, no nosso plano. Basicamente o exercício que se faz é esse, integração de saldos transitados das duas associações nos nossos documentos de gestão. -----

O que é que lhes fizemos, o destino principal tem a ver com dois projectos que estão em desenvolvimento, por um lado tudo aquilo que é a estrutura de assistência técnica do contrato que acabamos de ratificar, da tal Subvenção Global do QREN e do outro, um projecto que entretanto foi aprovado, que é o tal projecto da Eficiência Hídrica em Edifícios e Espaços Públicos, que tem ele próprio um conjunto de responsabilidades novas, nomeadamente em termos financeiros, tendo uma dimensão global financeira de um milhão e meio de euros e portanto deriva destas duas

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

realidades principais, aquilo que são os exercícios de reforço ou novas inscrições em sede de orçamento ou em sede também de grandes opções do plano. -----

O que se anula? Ou o que é que se diminui? Também há exercícios desse género, há basicamente duas questões, ouve um pagamento novo da CMAveiro no final do mês de Dezembro, portanto já depois de termos aprovado o Orçamento e as GOP e houve também uma clarificação que hoje já não é clarificação, já é letra de contrato, tínhamos perspectivado que a participação da CMMira no processo do POLIS, era também feita pela Comunidade Intermunicipal como acontece com os outros dez municípios que são parte desse processo, e depois veio a ter-se uma decisão diferente. A gestão financeira da CMMira no POLIS, funciona directamente da Câmara para a empresa POLIS Litoral Ria de Aveiro S.A., e portanto já não vai haver utilização do nosso orçamento para esse exercício, daí se retirar esses montantes que estavam nessa ambiência da participação financeira de Mira no processo da POLIS. -----

Em relação ao mapa de pessoal, enfim há apenas o aumento de três técnicos superiores que perspectivamos contratar precisamente por força da activação da estrutura de apoio técnico da Subvenção Global dado que usamos uma estratégia que é em parte, a equipa que é composta por funcionários da Comunidade Intermunicipal o que quer dizer que parte do seu custo está obviamente na nossa estrutura de custos normais, mas há uma outra parte da estrutura de apoio técnico que se pretende contratar, dado que são componentes que nós não temos internamente e entendemos também no balanço daquilo que é a nossa colocação para conquistarmos os cerca de setecentos e cinquenta mil euros da Subvenção, na componente «assistência técnica» que devíamos montar esse sistema com uma equipa mista, que tem então, repito técnicos que já estão na nossa estrutura de custos e técnicos novos que vamos contratar e que no jogo dos 85% a fundo perdido que temos do financiamento para a estrutura de apoio técnico, temos a sustentação financeira de toda a estrutura nova que vai gerir esta operação que nós pretendemos que seja executada até final de dois mil e treze, é essa a lógica que assentamos. -----

Os outros dois técnicos, serão contratados para a operacionalização e desenvolvimento com a equipa técnica da UA, cabendo à Região de Aveiro a sua coordenação administrativo/financeira. -----

Sumariando, estas são as razões e os destinos desta revisão orçamental, fazendo por esta via também a recepção da herança, neste caso financeira, mas obviamente também a herança de todo o espólio político das duas associações de municípios que têm na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, a sua entidade sucedânea”. -----

Presidente da Assembleia: -----

Não havendo intervenções, colocou à votação o documento, tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção e em minuta. -----

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

José Carlos: -----

“Fez a seguinte declaração de voto: Eu equacionei votar contra, no entanto enfim não o fiz porque não tenho dúvidas sobre este documento, mas também não tenho a certeza que as não teria se o tivesse examinado. Portanto penso mesmo que estas situações são de evitar porque me parece que há aqui alguma displicência e atrevo-me até dizer, alguma falta de respeito pela Assembleia, porque lhes entregam um documento para aprovar sem tempo para ser analisado. Na dúvida o meu voto foi de facto a abstenção”. -----

5. Apreciação e votação de proposta do Conselho Executivo de designação do Secretário Executivo, alínea n), do Art. 13º, da Lei n. 45/2008, de 27 de Agosto: -

Presidente do Conselho Executivo: -----

“Este assunto deriva da Lei dos nossos Estatutos que o Conselho Executivo tem de propor à Assembleia Intermunicipal a nomeação do Secretário Executivo. Portanto o Conselho Executivo decidiu escolher o Sr. Manuel da Rocha Galante, mantendo o que vinha da AMRia e da GAMA e que não era sensato estar a mudar, uma vez que o mandato já é curto, decidindo assim também propor a esta Assembleia sendo esta quem decide, com base na proposta agora aqui apresentada”. -----

Manuel Antunes: -----

“Solicitava ao Presidente da Mesa, se esta votação era por voto secreto, quando existe uma pessoa em jogo, e como o Presidente do Conselho Executivo referiu, esta votação é para este mandato e depois existirá uma nova votação no mandato que vier”. -----

Presidente da Assembleia: -----

“A Mesa entende que a votação deverá ser por voto secreto, a menos que a Assembleia que é soberana decida outro modo de votação”. -----

José Matos: -----

“A questão que tinha a colocar é que na própria Lei que nos regula, nomeadamente no artigo 22º, ponto 3, que a remuneração do Secretário Executivo é proposta pelo Conselho Executivo a esta Assembleia, Isso ainda vai acontecer ou é uma continuidade do que estava antes, como é que isso ficará esclarecido, dado que está na Lei”. -----

Miguel Fernandes: -----

“Brevemente, apenas um ponto no tocante a esta questão da designação do Eng. Manuel da Rocha Galante. Nós já fizemos uma leitura da maioria da Lei, mas quanto às funções, ao âmbito funcional, mas gostaria que o Sr. Presidente do Conselho Executivo me desse em traços gerais, um, dois, três pontos, relativamente às principais questões que o Secretário Executivo irá abraçar no seu exercício, ainda que curto, até ao final, se possível”. -----

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

José Costa: -----

“Era só sobre a forma de votação, que eu não sei se a Mesa, V.Ex^a. como já disse que deveria ser por votação secreta. Eu penso que nós não estamos a votar em ninguém, nós vamos votar uma proposta do Conselho Executivo, que já tem um nome, e eu penso que pela Lei só é por voto secreto quando a Assembleia vai escolher alguém, ou eleger ninguém. Ou aprova a proposta ou não, é o meu entendimento, mas a Mesa decidirá”. -----

Presidente do Conselho Executivo: -----

“Sobre o ordenado é o que já tinha. Sobre as principais funções, em primeira instância o Secretário Executivo é o administrador de todos os dias, é um gestor da casa e como gestor gere tudo, desde logo o pessoal as finanças e gere todos os projectos que nós temos em desenvolvimento e os projectos têm todos, trabalho diário.

Nós temos uma regra que já vem detrás e que mantemos, o nosso Secretário Executivo, não tem exposição pública, isto é, apoia, participa mas não tem gestão pública”. -----

Presidente da Assembleia: -----

“A Mesa coloca de facto o problema à Assembleia. Se houver quem entenda que deve ser voto secreto, vai ser voto secreto naturalmente, uma vez que há dívidas, há pessoas em jogo, é certo que é uma proposta do Conselho Executivo, mas é uma proposta que traz um nome associado. A Mesa entendeu que devia ser por voto secreto. Se a Assembleia entender que não deve ser por voto secreto, óptimo”. -----

José Carlos: -----

“Aqui o que é que pode, digamos assim ser valorizado, é a competência da pessoa, é a sua capacidade para desempenhar bem o cargo. Obviamente que eu sou incapaz de me pronunciar sobre esta questão, a competência da pessoa, porque nem a conheço, mas obviamente acredito que o Sr. Presidente tenha escolhido a melhor pessoa, portanto nesse sentido, acho que não tem nenhum problema fazer a votação de braço no ar, esta é a minha opinião”. -----

Carlos Candal: -----

“Isto da votação secreta sobre pessoas, eu compreendo isso, pode haver melindres de várias espécies, eu posso sentir-me um bocado tímido votar a favor do Eng. Galante, e dizer-se ou perceber-se que voto a favor dele e a quem não goste e também quem goste da confidencialidade para poder votar contra, enfim há pessoas que votam também contra tudo. Não gosto destes secretismos nas votações, mas a Lei diz o que diz e penso que podemos no caso concreto deliberar votar abertamente. -----

Depois há uma outra regra, eu não gosto muito e tenho intervindo demais e parece às vezes que posso estar a fazer umas fitas. Quando há uma vaga para preencher com uma pessoa, só uma e proposto por quem possa propor, só há um candidato, no parlamento europeu, nem se vota, está eleito, é assim que funciona. Se há duas vagas e há dois candidatos, não se vota, estão eleitos. -----

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Votar para quê? Bem, pode haver quem não goste do Eng. Galante e portanto foi ratificada a nomeação mas foi com a minha cruz, pus-lhe a fava preta, bem não vejo outro gozo. Portanto eu proponho que se vote abertamente e quem quiser votar contra vota contra, se calhar até para dar o exemplo, vou votar contra, porque o Eng. Galante é muito sisudo, gosto de pessoas mais bem dispostas”. -----

Vítor Ramos: -----

“Eu por uma questão de princípio e porque o “PREC” já acabou em 1975, muito embora haja resquícios, em nome da coerência que tenho mantido ao longo dos vinte anos que vou fazer ainda este ano de presença na Assembleia Municipal, tenho como princípio base de conduta, sempre que houver uma votação nominal, ela seja secreta, para não haver embaraços para ninguém, nem para os visados, nem para os votantes. -----

Eu acho que estando e mesmo com os condicionalismos inerentes, com os bons processos expeditos e demasiado rápidos do Parlamento Europeu, repito havendo um nome acho que se deve por razões de bom comportamento e sobretudo para evitar embaraços se deve fazer uma votação secreta, mesmo que com isso percamos algum tempo”. -----

Miguel Fernandes: -----

“Da leitura que fiz da sua exposição há pouco, penso que a proposta é da votação ser secreta, não tenho dúvidas da leitura da Lei que fiz, sendo esta uma votação nominal, o escrutínio é secreto. Ao contrário do que o Dr. Candal disse há pouco, do qual eu discordo e vai-me perdoar a minha opinião, mas o que está aqui em causa é uma proposta do Conselho Executivo que é deliberada pela Assembleia Intermunicipal, portanto a questão dos expedientes europeus, aqui penso ou comunitários, aqui não se aplicam. Cumpre perguntar se também a própria Assembleia está do ponto de vista logístico, preparada para fazer esse escrutínio secreto, porque não consegui depreender isso”. -----

Carlos Candal: -----

“Os processos expeditos, não é o caso, nem oito nem oitenta, porque se vamos ao rasgadinho, se vamos levar isto ao rasgadinho, eu pretendo que o candidato se levante e diga de sua justiça, diga quem é, de onde veio, o que faz, o que pensa sobre as funções e qual é o seu programa de trabalho até Outubro, é assim. Se há uma candidatura e se querem isto com todos os matadores, tem que ser assim, ou não?”. --

Presidente da Assembleia: -----

Quando a mesa devolveu a resolução deste ponto, era para ver se havia unanimidade no processo de votação. Existindo opiniões divergentes, nós na dúvida vamos seguir com o que a Lei diz, a votação irá ser feita por escrutínio secreto. -----

O processo de votação será assim e cada um colocará sim, não ou nada. -----

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Feita a votação por escrutínio secreto, foi aprovada a proposta com trinta votos a favor, três votos contra e cinco votos em brancos. -----

6. Outros Assuntos: -----

Presidente da Assembleia: -----

Abriu o debate à Assembleia Intermunicipal. -----

Carlos Candal: -----

“Presidente, ilustres colegas, deputados intermunicipais que é uma coisa esquisita, sobretudo para quem reúne três vezes por ano. Tenho uns cartões de visita com as minhas atribuições, não sei se coloque lá deputado intermunicipal, nem se não. Estou atento á evolução que esta assembleia possa ganhar. -----

Não sei se, provavelmente sim, porque eu sou distraído e lento e não sou muito inteligente valha a verdade e se eu dei por isso provavelmente já todos deram. -----

Voltando à constituição da república primitiva, que eu ajudei a fazer “In Illo Tempore”, na primeira versão da constituição estava prevista a regionalização em dois esquemas: instituição de regiões plano e podendo coincidir com uma ou englobando várias destas, as regiões administrativas. Esta previsão, que foi logo eliminada na primeira revisão, era acusada de ser marxista, dentro daquela ideia que os marxistas, nomeadamente os comunistas no poder, têm a mania e fazem gala do planeamento. Portanto regiões plano, tinha essa conotação e essa fama tinha alguma razão de ser, valha a verdade, nesse tempo estava tudo escacizado. O CDS, o seu partido, no projecto de constituição, preconiza a constituição instituição da sociedade sem classes, olá! E do socialismo português, olá!. -----

Depois começamos andar para aí, vai não vai, como é isso das regiões, havia quem quisesse cinco regiões, quem optasse por dez, outras mais de trinta, o PPM partido popular monárquico propunha duzentas e trinta e não sei quantas, andou toda a gente aí a dar palpites e eu que não percebi o que estava a passar-se e não tive visão, é a tal burrice, não vi o que ia seguir-se, andei a coleccionar as monografias todas, tudo quanto se escrevia sobre regionalização, lá estava eu, promovi aqui no GALITOS, um encontro, um debate sobre regionalização. Foi nessa vez que eu conheci o Ângelo Correia, que não foi deputado constituinte, aparece depois só na primeira assembleia, conheci-o e percebi como é que ele era. Eu defendi a minha tese, já não me lembro qual era, havia quem gostasse e quem não gostasse e o Ângelo Correia, arranjou uma tese que toda a gente ficou satisfeítíssima, já não sei qual era também, a verdade é que era assim ele gostava e punha as pessoas satisfeitas e ainda tem esse tique, com benefício para ele próprio, naturalmente. -----

Discutiu-se muito, houve reuniões, livros brancos, livros pretos, livros assim assim sobre a regionalização, só que na primeira revisão desapareceram as regiões plano e passou a referir-se na constituição só as regiões, com uma maneira de serem instituídas rebarbativa. -----

Por exemplo enquanto o Algarve era manifestamente uma região em que toda a gente estava de acordo nisso, não se podia instituir uma sem se instituir as outras, já

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga



nem sei como é, porque já me esqueci, o que é que lá vem na constituição, não é para ser, é só para fingir. -----

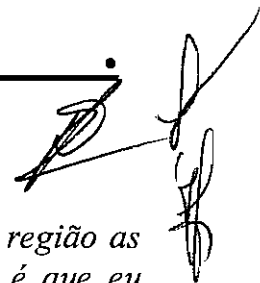
Depois, há mesmo um referendo, promovido pelo Eng. Guterres, sem grande convicção e eu tanto me faz como fez, que haja ou não haja regionalização, até certo ponto empenhei-me muito nessa campanha para o referendo. Porque eu sou Aveirense, gosto de Aveiro, adoro Aveiro e queria que Aveiro estivesse numa região forte e no entretanto Espinho tinha voado para o norte. Mas eu ainda consegui que a região onde Aveiro estava enquadrada fosse todo o distrito de Aveiro. Tive cenas violentas, nomeadamente ter de agarrar o presidente do grupo parlamentar, o Assis, o que levou na cara em Felgueiras, foi premonitório, tive que o agarrar pelos colarinhos e dar-lhe uns safanões, mas no projecto de regionalização que foi a referendo, Aveiro era o distrito, menos Espinho. -----

No entretanto, com uns tipos lorpas como eu preocupados com o problema, a regionalização foi-se fazendo e as regiões plano que estavam previstas desde a primitiva, são as que estão aí, são as CCDR's, são essas e depois houve a GAMA e a AMRia e não sei quantos e agora este projecto. Esta Comunidade Intermunicipal, as Comunidades Intermunicipais acredito que tenham interesse e por isso é que estou aqui e espero continuar. A minha megalomania de ter uma região que ia de Espinho abaixo um bocadinho, até à Mealhada, quase a chegar a Coimbra, envolvendo Cantanhede e Mira, bem essa ingenuidade já não tenho. Mas podemos ter aqui uma região respeitável, aceitável, pelos vistos estamos a ser bem vistos pelos outros, pelo nosso trabalho pela nossa competência. Mas não tenhamos ilusões o que está a ser feito e nós estamos a colaborar nisso e é para aí que eu queria chamar a vossa atenção, está a ser feita a regionalização. Estas unidades que estão no terreno, já estão há muito tempo, quando entrámos para a União Europeia eram estas e são estas que estão e é com elas que se fazem estudos e os rácios, os subsídios e as qualificações. São estas. -----

Portanto, não haja ilusão estamos a colaborar na regionalização. Estas regiões ainda não são o que devem ser, o que é que eu penso das regiões e é o que prevê a constituição, pelo menos até agora, são autarquias, e devem ter várias coisas, nomeadamente eleição directa dos seus dirigentes, não sei quando é que isso virá, quando é que se chegará a isso, se é que se chegará, mas no entretanto vamos ensaiando e quando isto estiver mais ou menos apalavrado, vai ser feita uma revisão da constituição onde tirando aquelas regras rebarbativas que lá vêm para a regionalização, onde se põe lá uma artigalhada que diz, as regiões são estas, dois pontos, traz traz traz, acabou o problema da regionalização e eu a extensa bibliografia que lá tenho no escritório sobre a regionalização vai tudo para o lixo, dou a biblioteca municipal e intermunicipal. Portanto quem estiver nisto, deve ter a consciência que estamos a trabalhar num embrião do que venha a ser a regionalização. Eu acho muito bem e estou aqui para trabalhar, sem ilusões porque do ponto de vista sociológico, idiossincrático, que é uma palavra bonita e histórica, esta região terá domínio do PSD, não tenho dúvidas nenhuma, nunca haverá nesta região uma maioria socialista, então e como é, eu estou nisso, lutei tantos anos para haver democracia, para as pessoas poderem escolher livremente as suas opções

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga



politico partidárias, havia de estar contra, se na minha terra, se na minha região as pessoas tem tendência, enfim há gostos para tudo, para votar PSD, que é que eu hei-de fazer?. -----

Estou nessa e não tenho preconceitos, nós somos todos, uns pensam assim outros assado, mas acredito quem estiver de boa fé, esteja a puxar para o colectivo sem interesses laterais, partidários ou pessoais e devo dizer que esta coisa está a ser bem dirigida pelo Eng. Ribau Esteves, está e devo dizer que sim, não digo isto por bajulice, não sou, não tenho esse feitio. Está e está bem, também ainda não estudei as coisas, portanto ainda não percebi bem se há para aí muita asneira encoberta ou não, mas lá iremos. Isto para dizer que gostarei de ver que esta assembleia tenha um papel activo e possa ter em cada sessão ter mais que uma reunião, agora até há senhas de presença, para podermos discutir, sem estarmos aqui peados, porque já são quase horas de ir. Esta assembleia não pode ser uma assembleia à maneira chinesa ou à maneira russa, da outra senhora, tinha um parlamento, pois tinha, funcionava quinze dias com três mil pessoas, só para fazer a chamada, para entrar para sair, eram as duas horas da sessão era um faz de conta, eu nisso não alinhio. Quero uma Assembleia que funciona minimamente, sem extravasar as suas competências e sem pretender arvorar-se em executivo quando há um executivo, uma Assembleia que discuta, se houver coisas para discutir e penso que haverá. -----

Daí que, bem e outro dia falei aí, o Eng. Ribau Esteves é um tipo inteligente, amável, perspicaz não dá ponto sem nó, meteu-se naquela coisa de secretário do partido, mas isso a gente desculpa, são pequenos fracassos que toda a gente tem na vida, não é verdade? Não gostei, eu falei aqui na estruturação particular, oficial, semi-oficial dos membros da Assembleia em equipas partidárias, grupos parlamentares por exemplo. Eu hoje aqui para o Gabriel, gastei cinco chamadas para ele vir, não tenho obrigação nenhuma, ele é igual a mim, eu sou igual a ele, não tenho funções de chefia do grupo parlamentar socialista, mas não gostei que o Eng. Ribau Esteves, não gostasse de ouvir falar de partidos, e eu aí, alto, não há democracia sem partidos por muito fracos que sejam como o PSD ou incompetentes como o PS. Não há democracia sem partidos e ninguém tem vergonha ou deve ter vergonha de se assumir como membro de um partido, tirando aqui o Gabriel que é neutro, é independente da Assembleia. Portanto vou acabar, pois, tenho estado aqui aturar tanta coisa só para fazer este bonito e agora não me deixam. Portanto Eng. Ribau, tem de me explicar essa coisa da nossa Comunidade não ter a ver com partidos. Tem de me explicar isso, para eu perceber se tenho de me zangar consigo a sério ou se isso foi um palpite de circunstância ou então até se tem razão, mas temos de conversar sobre isso". -----

José Loureiro: -----

“Eu não era para falar na regionalização, mas já agora, já que o Dr. Candal falou nisso, uma das coisas que me espantou na regionalização quando se fez o referendo, foi exactamente duas regiões terem votado. Já são regiões e votaram e o número de eleitores dessas regiões, fez pender a balança para um dos lados. O

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

engraçado é que as pessoas são de uma região e votaram contra as regiões, não percebi, mas foi assim que aconteceu, pronto. -----

Uma coisa que eu realmente gostaria de levantar hoje era a seguinte; é a quinta vez que eu aqui venho e gostava de ter conhecido, creio que deve ser a última vez que vimos a uma Assembleia, mas gostava de ter conhecido os outros Presidentes das Câmaras. Vejo aqui o Eng. Ribau, mais um ou dois ou três ou quatro, o resto nunca apareceram, não conheço a cara deles. Eu por exemplo não conheço a cara do Presidente da Câmara de Aveiro, não conheço, não veio aqui vez nenhuma, mas parece por aquilo que ouço, já é hábito também não ir às outras Assembleias, mas isso é um problema deles. Aqui julgo que era uma forma de respeitar as pessoas que foram eleitas e que vêm aqui de longe, virem aqui a estas Assembleia, porque a maior parte são profissionais e como tal deveriam vir aqui. É o que eu entendo, lamento ir-me embora daqui sem os conhecer. -----

Vítor Ramos: -----

“Bem eu vou pedir desculpa, não vou falar da Constituição, porque até o meu partido não votou na Constituição de 1976 e eu pessoalmente acho que essa vaca sagrada devia entrar em estágio para ser, preferencialmente renovada e sobretudo retirar-lhe a gangada que ainda possui e que a uns serve e a outros não serve. -----

A nossa Constituição é uma manta de retalhos e eu conheci muito bem a de setenta e seis, li-a e ainda tenho lá a primeira edição e recuso-me até a falar dela. ----

Talvez um dia destes, o Presidente da República se irrite e faça um Parlamento Constitucional, talvez seja a grande novidade para o século vinte e um. -----

Mas vou falar na nossa região, que é a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e foi lançada até na comunicação social como sendo da Ria de Aveiro. Portanto há aqui uma nuance e eu acho que é a Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro. Os onze municípios que a compõem, estão, abraçam ou são abraçados pela Ria e lamentavelmente e é aqui uma questão que eu, é um convite que eu vou fazer aos futuros deputados ou vogais da Comunidade Intermunicipal é que cuidem muito bem, da Ria e que saibam distinguir quem e como se tem tratado a Ria. -----

Eu continuo a não entender que o dito Porto de Aveiro, ao fim destes anos e com a excelência científica da Universidade de Aveiro, ainda não se tenha montado um sistema de monitorização da acção do Porto de Aveiro no conjunto do perímetro da Ria de Aveiro, que vai do Carregal até Mira e ainda está para se avaliar face aos impactos brutais em termos de ambiente, se o Porto dito de Aveiro é economicamente viável ou não. Esse estudo, paradoxalmente, eu não perdoou que a Universidade de Aveiro jamais tenha sequer ensaiado ou sido convidada a ensaiar a monitorização da acção da Ria de Aveiro. -----

Conheço bem o Plano Estratégico do Porto de Aveiro de 1996 e devia ser revisto com urgência, que é uma manta de retalhos e é uma ofensa, não só à sensibilidade ambiental, mas sobretudo uma ofensa aos marinhões. O Porto de Aveiro prepara-se para aumentar a cloaca, eu chamo à barra do Porto de Aveiro a cloaca da Ria de Aveiro, e estão a preparar-se para aumentar a cota batimétrica para admitirem um calado anti-natural. O Porto de Aveiro não nasceu para trazer cargueiros nem

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

porta contentores, era um porto de abrigo para a pesca costeira e estão a querer transformá-lo, no único porto interior com um desígnio, que vai ser a natureza a tratar dele, ao aumentar a cota de nove e meio para doze metros e meio, aquelas amplitudes de marés que nós neste momento andamos a sentir, sobretudo na coroa norte da Ria de Aveiro, isto é, do Muranzel para cima, esses três metros e meio de amplitude de marés vão subir exponencialmente. Ouve uma intervenção na N327 recentemente e eu aposto uma caldeirada regional, de enguias claro, que em menos de três ou quatro anos a fazerem essa abertura para os doze metros e meio, a água está na N327 e do Muranzel para a frente, se não houver um enrroncamento duplo, a península de São Jacinto vai à vida. -----

Eu acho e para mim é um apelo que eu faço como marinhão do norte, faço parte da sofrida coroa norte da Ria de Aveiro, é sofrida mesmo, está a pagar consequências, terrenos agricolamente úteis em que se produzia arroz, em que havia laranjais junto á Ria, em que se pescava enguias que já não se pescam, em que havia uma actividade ligada à Ria que neste momento está destruída em nome de uma entidade que é um Estado dentro de um Estado, que é o Porto de Aveiro e que faz tudo o que lhe apetece, sem estudos de impacte ambiental, sem qualquer conhecimento. ----

Isto para agravar depois a questão, vem agora, essa famosa Administração Hídrica que foi parar a Coimbra, que Coimbra tem uma tradição hídrica muito importante, sobretudo graças ao basófiás. Coimbra é das cidades do país que tem mais conhecimentos hídricos, tem uma base de trabalho muito boa, que é o Rio Mondego, aquele açude em que as lampreias saltam como se fosse número de trapézio e foi parar a Coimbra. -----

E de Coimbra vem uma taxa hídrica que pelos vistos está a ser imposta só a alguns e com valores absolutamente escandalosos de rapina de Estado ou de uma instituição do estado em relação aos cidadãos, e acho que se não houver juízo eu acho que vai haver convulsão social. Porque não são só as pessoas que têm casas de fim-de-semana e estalagens e restaurantes, que vão ser afectadas, são até a economia de subsistência da ria, das pessoas que vão buscar alguma coisa à Ria para sobreviver e eu suspeito que se não houver pundonor e se não houver uma visão sistemática para a Ria e sobretudo responsabilizar o Porto de Aveiro, nós daqui a cinco anos não estamos a falar da Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro, estamos a falar do Grande Acidente Intermunicipal da Ria de Aveiro. É um apelo que eu faço, lamento imenso ser um bocado corvo nesta coisa, mas como eu conheço a Ria desde pequenino, aprendi a nadar nas rigueiras da Ribeira de Veiros, uma freguesia do concelho de Estarreja, conheço a Ria relativamente bem e tenho assistido e todos os dias assisto e dói-me, dói-me ver que a acção do Porto de Aveiro, é para além, eu vou, vão-me desculpar até o vocabulário que eu vou utilizar, a Ria tem um proxeneta e carrasco, e é o mesmo, é o Porto de Aveiro”. -----

Miguel Fernandes: -----

“Brevemente, de facto dizer que comungo das palavras que foram aqui preferidas anteriormente e ainda assim e por desconhecer de facto se esta será a última reunião ou não, e desconhecer se eu próprio vou cá continuar no próximo

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga



mandato, faltaria também à minha consciência se não dissesse uma palavras breves sobre de facto a dimensão e a importância desta instituição. -----

Nós, acho que estamos todos de acordo, quanto à acção e ao papel que esta comunidade intermunicipal tem de desempenhar no futuro. Penso que o maior património que nós temos em mãos de facto, constituiu a Ria de Aveiro e sabemos que os projectos que estão em curso e previstos e que nós aqui já nos debruçamos, são essenciais e cruciais, para que de facto Aveiro enquanto região se possa afirmar no todo nacional. -----

E essa de facto tem de ser a missão, o Eng. Ribau já aqui trouxe várias vezes esse sentido de missão, e eu apelo para que no futuro quem continuar e se continuar aqui também, continue a desenvolver esforços para que de facto esta Comunidade possa traduzir um sentimento de união regional, mas um sentido verdadeiramente regional na pura acepção da palavra, porque Aveiro tem escala, Aveiro tem dimensão e tem recursos suficientes para se pôr em bicos de pés, e quiçá em cima da região de Coimbra e portanto penso que será essa de facto a principal questão quando nós pensarmos no futura desta Comunidade. -----

Por último, eu penso que não é só um sentimento de união que deve nortear a acção desta instituição. Eu penso que de facto a intermediação e a representação que deve simbolizar junto do poder central, tem de ser afinçada. Aqui, Sr. Engenheiro vai-me perdoar, eu volto a insistir na questão última e mais mediática que infelizmente tenho pena que não tenha colhido unanimidade e portanto pelo menos a aprovação desta Assembleia, no tocante à taxa de recursos hídricos, Eu não me canso de falar sobre ela, Sr. Engenheiro, porque de facto as pessoas não compreendem porque é que não obstante esta esmola, eu chamo-lhe esmola que o Ministério do Ambiente concedeu com esta redução, porque é que continua a taxa a estar vigente, com as consequências gravosas que elas trazem e de todos conhecida. Eu espero sinceramente que esta Comunidade na sua pessoa ou nos que cá estiverem no futuro, consigam de facto fazer com que aquela taxa não seja posta em prática da maneira como ela está a ser. Porque a injustiça continua e os problemas persistiram, porque não se compreende, como é que, e já aqui foi dado um exemplo há pouco, como é que um Porto de Aveiro, com a obrigação e a responsabilidade para o desenvolvimento sustentável de uma região, se encontre isenta de taxa e tem que ser o cidadão comum a financiar o Estado, para os ditos projectos, como aqui foi anunciado na última sessão, que através desse contributo, tenham de ser eles próprios do seu próprio bolso ajudar a financiar uma de muitas obras, quando uma entidade como o Porto de Aveiro, com a responsabilidade que tem não paga um único cêntimo, não contribui para questão fundamental que é a Ria de Aveiro. -----

Com os projectos e as infra-estruturas não obstante que todos nós conhecemos, mas também com os perigos que já aqui foram apontados e que nós também em tempos soubemos alertam com o aumento do calado na boca da barra. Portanto aqui fica este meu alerta, este meu apelo final e espero que no futuro de facto esta Comunidade possa traduzir os anseios e as esperanças desta comunidade da Região de Aveiro”. -----

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Carlos Candal: -----

“Não será com esta equipa, mas este problema da discussão sobre o Porto de Aveiro e sobre a Ria de Aveiro, tem toda a pertinência, mas terá que haver abertura e iniciativa, para haver assembleias extraordinárias em que se convidam um ou dois palestrantes e depois se abre o debate, isto é decisivo, é interessante e se não formos nós a falar, não vejo quem é que fale. -----

O Executivo talvez! Se puder, se o deixarem. É complicado”. -----

Presidente do Conselho Executivo: -----

“Enfim, duas ou três notas sobre quatro questões. -----

A primeira; agradecer ao Dr. Candal os epítetos na questão da regionalização. Nós vamos ter que a discutir seriamente, eu espero que o nosso povo arrume bem a eleição legislativa, para que tenhamos um período de quatro anos para trabalhar. Os quatro anos próximos são muito importantes para a vida do país, são muito importantes para a vida da nossa região e eu espero que consigamos todos como cidadãos, arranjar uma solução de governo estável para o país nos próximos quatro anos. Esta questão da regionalização é incontornável, na certeza de que o país tem de dar esse passo, não há volta a dar-lhe. -----

Este passo é um passo que tem de ser dado, sempre gosto de lembrar isso, não para somar ao que temos, mais um elemento na ordem política ou administrativa, mas para reajustarmos a ordem política ou administrativa, para que também tenhamos essa capacidade para jogar. É evidente, enfim, isto dava seguramente a cada um de nós, aqui um bom debate, espero para o fazer, enfim há momentos para tudo e julgo que este não é o momento para tratarmos disto, mas obviamente tenho isto muito claro, que Portugal precisa da regionalização. A estrutura administrativa do estado tem que se desenhar com coerência à escala das NUTs II, esta lógica que o actual Governo seguiu, é uma lógica correcta de mandar, porque na prática é isso que está em causa, os municípios agregarem-se à escala das NUTs II, isso é muito importante e teve sucesso, com a excepção ridícula, de Viana do Castelo, mas também nós autarcas temos de aproveitar as capacidades, nomeadamente que o diploma nos dá, de nos agregarmos dentro de cada NUT II, para começarmos a fazer coisas que são várias que podemos fazer, já com o quadro legal que temos. -----

E a nossa região já esta a dar passos neste sentido, na certeza de que a relação de poder que o país tem, precisa muito deste patamar, porque está provado que os municípios de per si, não têm escala económica nem política, para fazer um conjunto de coisas e a escala nacional, obviamente também não serve para um conjunto de coisas, nomeadamente para mim, para uma questão fundamental, a escala nacional não serve para mobilizar os portugueses para a causa do serviço público, essa tem que ser desenvolvida com as mobilizações de baixo para cima, dos municípios para o poder nacional, não é como temos vindo a fazer nos últimos anos, que é quase como um regresso ao passado com mecanismos de concentração de poder a nível nacional.

Enfim, não vou estar aqui obviamente a aprofundar a questão, mas que esta é uma questão, que a vamos ter que pressionar nos nossos partidos para que a assumam nos programas eleitorais que vão a discussão popular, julgo que é um trabalho

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga



importante que nós autarcas devemos fazer e depois estarmos cá no início da legislatura que também vai ser o início da legislatura dos autarcas que forem eleitos, podermos ter um trabalho, que desenhe rapidamente uma intervenção do estado a este nível, dado que essa é uma matéria da maior importância, têm é de deixar a retórica e passar à prática política. -----

Eu fui contra o tal referendo, enfim, mas não fui contra a ideia da regionalização, apenas achava que aquele desenho não tinha sentido e na altura nós exageramos, até tínhamos uns autocolantes com o desenho do distrito de Aveiro e portanto a nossa região era o distrito de Aveiro, e usamos esse argumento para sermos contra, porque na altura ao PSD dava jeito que houvesse um não ao referendo à regionalização, em termos de perturbar a acção do Governo, que na altura tentava governar o país. -----

Segunda; conhecermos ou não conhecermos os Presidentes de Câmara, enfim nestas coisas viva também a democracia, quer dizer há colegas que não faltam a nada, há colegas que vão a quase tudo e há uma ou outra excepção de um colega que tem uma perspectiva diferente da sua atitude no exercício das suas funções. Nós temos uma regra, que é a regra da respeitabilidade de todos e todos têm é que ter o seu município devidamente representado, quando mandam um Vereador representá-lo esse Vereador tem de vir com as competências todas para tomar decisões. No princípio aceitamos que o Vereador dissesse: é pá eu depois vejo, eu depois digo, nas nossas três ou quatro primeiras reuniões, a partir de certa altura acabou. Quem vem à reunião do Conselho Executivo decide para construir o consenso, que é sempre o trabalho que procuramos fazer. Decidir por consenso, em regra não votamos, há construção de consensos. Quem não veio á construção da decisão, obviamente que os que vieram tomaram e a decisão é de todos. -----

Devo dizer que é muito raro um município, um Presidente de Câmara ou seu representante, faltar às reuniões do Conselho Executivo, diria que neste ano de trabalho, enfim, o Conselho Executivo está no seu sexto mês de vida, mas já vínhamos trabalhando debaixo da capa da GAMA, reformatada à escala do Baixo Vouga, não sei se talvez uma reunião ou duas reuniões em que houve um colega que tivesse faltado, portanto é uma situação muito rara e quando se vai á reunião, vai o Presidente e muito bem, é a regra, a esmagadora maioria das Câmaras são representadas nas reuniões do Conselho Executivo pelos Presidentes e há muitas vezes duas das nossas onze Câmaras, que em regra se fazem representar por Vereadores, mas que vão em plena condição política e que decidem como todos nós. Nós não podemos dizer que a Câmara A, sistematicamente perturba a construção de decisões, não, isso não existe felizmente. As onze Câmaras associadas têm sido boa parte do processo que temos vindo a desenvolver. -----

Temos feito é pouco marketing, mas também vamos fazer investimentos próximos em marketing, para comunicarmos mais, estamos a acabar o nosso logo, para conhecerem melhor o nosso trabalho. A própria Comunidade tem de fazer marketing, tem de fazer comunicação, não temos feito porque entendemos que havia aqui um percurso que tinha de ser feito desta forma, mas obviamente também temos de comunicar. Como sabemos no mundo em que vivemos quem não comunica não

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

existe, e obviamente esse trabalho tem de ser feito e vai ser feito além de mais, com aparições públicas próximas. -----

Terceira; a nossa Comunidade ser Região de Aveiro ou ser Ria de Aveiro. Das muitas discussões e essa foi uma célebre reunião em Anadia, no Museu do Vinho, que depois de duas boas horas de discussão talvez, nos arrumou a uma decisão. Como sabem a Ria de Aveiro para alguns municípios é uma coisa longínqua, nós inventamos com explicações técnico científicas ligeiramente forçadas, que os municípios que têm Pateira a que nós chamamos Fermentelos, desconsiderando Requeixo, Espinhel, Óis da Ribeira, Perrães, etc., são também Ria. A Pateira é uma coisa da Ria, enfim em termos técnicos esta abordagem é um bocadinho forçada, mas politicamente está decidido assim há muitos anos e somos felizes. Mas de facto dizer aos nossos colegas de Anadia, Oliveira do Bairro, mesmo de Águeda, Sever do Vouga, esta coisa da Ria de Aveiro é algo que lhes é distante e falar da Região de Aveiro, não é distante a ninguém, toda a gente é da Região de Aveiro, toda a gente é do Distrito de Aveiro. Agora em termos de imagem, de património forte com potencial a vários níveis de desenvolvimento é a Ria de Aveiro. Aí decidimos nessa construção de consensos, que a Comunidade se chamava Região de Aveiro, depois temos o sub-nome que a lei nos obriga, que é o nome da NUT III, Baixo Vouga e que o pólo de marca turística da nossa nova Entidade Regional do Turismo, que está geograficamente justaposta também à NUT III Baixo Vouga, a essa não há discussão, damos-lhe o nome do nosso elemento turístico principal e ele chama-se Ria de Aveiro. -----

Foi esta construção difícil, mas lá está sentimo-nos bem nela e achamos que fizemos bem. -----

Chamo atenção de todos nós, cidadãos, autarcas que somos hoje, aqueles que não continuarem a ser, que chamem a atenção dos seus sucessores, o ano 2010 vai ser um ano de capital importância para o nosso futuro. Um dos estudos que já está em desenvolvimento no POLIS da Ria, é verdadeiramente um estudo, ia dizer é o primeiro estudo, mas é um bocadinho exagerado e já vou dizer porquê, sobre as dinâmicas estuarinas. De facto é um dos projectos, foi a primeira vez na história deste país, que há mesma mesa, aqui na sala ao lado, se juntaram todas as entidades que têm responsabilidades na gestão costeira, obviamente do nosso troço costeiro, foi a primeira vez que conseguimos ter uma reunião de trabalho, embora não vieram os máximos responsáveis, de toda a gente que tem a ver alguma coisa com isto. -----

A nossa Comunidade Intermunicipal, vários departamentos do Ministério do Ambiente, ARH, INAG, LNEC, as duas Universidades que trabalham nesta matéria, a nossa e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Administração Portuária, tivemos todos por iniciativa do Conselho de Administração da Sociedade POLIS, para chamar toda a gente a trabalhar este projecto. De facto todos temos consciência que tem havido muitos projectos, vários estudos de impacte ambiental, mas de facto não têm tido uma abordagem nomeadamente ao nível dos impactos no todo da Ria de Aveiro. Sejam questões ligadas ao desenvolvimento da estrutura portuária, sejam outras questões e enfim, falo do velho trauma da nossa última grande operação do desassoreamento da Ria que tem dez anos e é considerado

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga



genericamente por aqueles que são profundos conhecedores da Ria, foi considerado um logro. -----

Portanto, este estudo é um estudo muito importante, não só pelo estudo por aquilo que ele vai tirar, mas por ver se de uma vez por todas nós conseguimos que as entidades interajam e façam gestão integrada do território. -----

É inaceitável, ainda há três meses aconteceu, nós estarmos na Praia da Barra, vemos as máquinas do INAG a trabalhar na areia e vemos uma draga da APA na boca da Barra a fazer dragagens e despejos e quando falamos com o INAG, o INAG diz-nos que nunca falou com a APA, quando falamos com a APA, a APA diz-nos que nunca falou com o INAG. Isto é o mais completo absurdo e gravíssimo, naquilo que é a definição da melhor opção técnica e naquilo que é o conseguir uma intervenção que seja financeiramente mais equilibrada e sustentável possível. -----

Este exercício, nós temos que lutar muito por ele. Eu sinto nos meus onze anos de exercício como Presidente de Câmara que ele é cada vez mais difícil, que o poder dos Ministros sobre as suas estruturas é cada vez mais frágil e que a propensão para as estruturas, mesmo dentro do mesmo Ministério, estar de costas voltadas umas para as outras é cada vez maior. -----

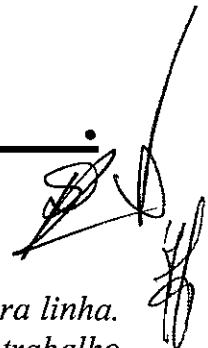
Passsei a minha manhã a visitar, uma coisa que não fazia há dezasseis anos, a visitar a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, é inacreditável o que se passa, e então ouvir os testemunhos dos seus responsáveis é de facto altamente preocupante. Mas depois saber que tudo aquilo que ali está acontecer e o seu saber, está estritamente dentro da estrutura a que pertencem que é o ICNB, não está ao serviço de mais ninguém e tem de estar ao serviço da APA, da ARH, do INAG, e para isso é preciso haver integração da análise, integração do estudo e obviamente a partir disso integração da acção. -----

Sabem que em Portugal hoje, não há ninguém que tenha monitorização feita da nossa linha costeira, ninguém tem. Não tem o LNEC, não tem o INAG, não tem a ARH, não tem ICNB, não tem ninguém. Teve em tempos, hoje também já não tem, não tem recursos financeiros, o Instituto Hidrográfico que ainda hoje é tecnicamente a entidade do país mais capaz para este tipo de estudos e de facto é uma luta muito forte, que temos de continuar a fazer. Temos aqui um pretexto institucional, o POLIS da Ria de Aveiro é um excelente pretexto institucional, mas temos de estar atentos a disfunções. A boa Lei da Água, entregou por uma Portaria que ainda nem sequer entrou em vigor, mas na prática já entrou, a gestão por delegação, naquela área da área portuária, entregou á Administração do Porto de Aveiro, quando combinamos que essa portaria ia ter um conjunto de condições a cumprir pela entidade administrante. Está em discussão pública a nova Lei dos Portos. A nova Lei dos Portos, é a resposta do lóbi nacional dos Portos contra o lóbi nacional do ambiente, materializado legalmente pela Lei da Água e uma resposta violenta e num país como o nosso, isto é absolutamente inaceitável. Quando além do mais a crise que estamos a viver está a pôr em causa gravemente a sustentabilidade que já é muito ténue de algumas das nossas operações portuárias e uma delas é a nossa. -----

Portanto, caros colegas, independentemente de tudo isto merecer o mais profundo dos debates e merecer uma atenção de energia muito grande no próximo

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga



futuro, isto é matéria da maior importância que tem de estar na nossa primeira linha. Mas já conquistamos instrumentos, para termos mais consequência neste trabalho todo, que temos vindo a fazer e temos para fazer, até porque temos conseguido uma coisa que tem sido, tem tido as primeiras conquistas. É não haver comparações, os políticos nacionais de todos os partidos têm tendência a gerir por estereótipos e como em regra o seu conhecimento no terreno é muito fraco, arranjam regras que se aplicam a todo lado. -----

Nós temos conseguido uma coisa, que é quando falamos nos POLIS, como sabem há três POLIS, Litoral Norte, Ria de Aveiro e Ria Formosa, é exigir que o nosso POLIS seja diferente de todos os outros porque de facto o único estuário que tem esta realidade como o nosso, têm a área que têm, mais de mil quilómetros quadrados e no meio, não é a cloaca, é no pulmão, é no coração, está uma área portuária, porque de facto o nosso porto, a nossa área portuária está no centro fulcral de todo o nosso estuário e a gerir o seu alimento o seu ar que respira, o ar que o estuário usa para respirar que é o fluxo de marés que lhe é propiciado pela nossa barra artificial. -----

Portanto é absolutamente essencial que nós façamos esta luta, que estejamos atentos a processos que têm muito a ver com tudo isto, como os processos erosivos de erosão costeira e nós temos problemas delicados de Norte a Sul, Ovar, Murtosa, Ílhavo, Vagos e se formos solidários como sempre somos com os nossos colegas de Mira, e obviamente há aqui um conjunto de situações, com uma regra que eu não aceito, que é de vez em quando ouvirmos um professor catedrático, daqueles por ser da Universidade X, já acha que têm crédito, defender que nós temos é que começar a fazer a mala e ir viver para trinta ou quarenta quilómetros de distância. Nessa eu não alinho de todo e digo sempre, nós além demais até estamos dispostos a pagar um bocadinho mais de impostos que os outros para defendermos o sítio onde queremos viver. -----

Mas independentemente das posições, este de facto é um dossier muito importante, muito intrincado porque tem de facto aqui várias questões e várias questões novas, Lei da Água, Lei dos Portos. Faz algum sentido que o Governo em final de ciclo, tenha hoje em cima da mesa a Lei dos Portos? Se olharmos para o ciclo político não faz sentido, mas faz todo o sentido, porque é a resposta, embora radical, quase tão radical como a Lei da Água, é a resposta dos Portos às imposições que a Lei da Água lhes querem fazer. Os absurdos das taxas de recursos hídricos são de facto absurdos que têm a ver com a falta de visão no gestor de cúpula do Estado de gerir de forma integrada e as ARHs foram a última das asneiras cometida pelos três últimos Governos, para desintegrar ainda mais aquilo que devia ser gerido de forma absolutamente integrada. -----

Portanto caros colegas e deixando só aqui também uma nota sumária daquilo que é reflexão sobre isto e sabendo viver o tempo político e o tempo político obviamente para certas matérias tem que estar naturalmente, isso não é mau, é bom, faz parte das regras, em suspenso para algumas questões, estamos em ciclo eleitoral, já o estamos a viver, e vamos vive-lo até meados do mês de Outubro, mas é bom que tenhamos consciência que nos devemos colocar bem, dentro das várias disputas desse

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

ciclo eleitoral, para fechado o ciclo, continuarmos o processo, no qual temos tido conquistas importantes mas há muitas mais para fazer, mas a principal delas tem a ver com a forma como em nome do Estado se gere aquilo que é de todos nós. O caminho tem de ser um caminho de integração do conhecimento, integração da gestão e exigirmos que aqueles que vão governar o País, conheçam o País. -----

Agora até há umas teses novas, aliás teses nos dois partidos dominantes, que os rapazes bons para governar, são aqueles que nunca fizeram nada na vida, estão quase com cinquenta anos e que nunca fizeram nada na vida e esses é que são bons porque nunca fizeram asneiras e de facto quando um sistema chega à falência, um dos sinais da falência de um sistema ou da pré falência é ter esta conclusão, que é absolutamente extraordinária. Nós temos muita gente que fez muitas coisas na vida, incluindo asneiras e que tem plena condição e capacidade para buscar uma solução de gestão do território absolutamente integrada e se estiverem atentos à próxima legislação que vai sair sobre gestão do solo em Portugal, vão ver que temos de facto um problema bicudo, muito bicudo, que tem de ser resolvido com urgência que é de facto a construção em cada peça legislativa da desintegração da gestão do território. Somando a tudo isto, o facto de sermos um País pequeno, isto obviamente é um absurdo que tem de ser resolvido. -----

É minha convicção que a regionalização é uma arma, eu diria absolutamente fundamental para isso ser conseguido e por mais que possamos não gostar dos exemplos dos Açores e da Madeira, se há matéria em que o poder político/administrativo das regiões dos Açores e da Madeira são exemplares, é nesta matéria da gestão integrada do território e julgo que o continente tem muito a ir aprender aos Açores e à Madeira sobre gestão integrada do território. Saber fazer uma coisa tão simples que um País tem de fazer sempre e muito especialmente em situações de crise, que é tirar valor dos seus factores de diferenciação e os factores de diferenciação de um País estão sempre ligados a duas coisas: às pessoas e ao território, quem não entender isto, não entende mais coisíssima nenhuma e se for governar, vai garantidamente governar a fazer asneiras. -----

É por isso que eu acho que é muito importante vivermos com toda a intensidade o ciclo político. Se voltarmos a ter uma reunião destas, enfim voltaremos a ter, se não voltarmos a ter, ficará seguramente o compromisso de cada um de nós, de passar o testemunho a si próprio ou ao colega que o vem substituir, com esta responsabilidade se sermos bons herdeiros da nossa querida Região e de usarmos os instrumentos que já temos, embora podemos conquistar mais, para seguirmos um processo do qual a nossa Região só e cada um dos nosso municípios, só tem a ganhar. Se para isso entenderem os nossos sucessores, que devem organizar a Assembleia em termos partidários, pois fazem muito bem, porque eu também acho Dr. Candal que os partidos são instituições boas, para a democracia, embora sempre o direi aos nosso sucessores do Conselho Executivo para nunca reunirem partidariamente, reunirem sempre o único grupo político que faz sentido na nossa Região de Aveiro que é o grupo político da Região de Aveiro. -----

REGIÃO DE AVEIRO

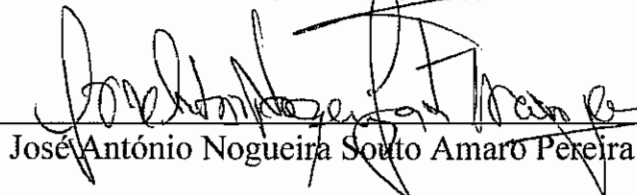
Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Presidente da Assembleia: -----

Não havendo quaisquer intervenções e sem mais assuntos, foi dada por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente acta, aprovada em minuta e assinada pelos membros da Mesa. -----


Rogério de São Bento Camões


Alvaro Oliveira Gomes


José António Nogueira Souto Amaro Pereira